



BICENTENÁRIO DO ALMIRANTE LUIZ DA CUNHA MOREIRA

MAX JUSTO GUEDES
Capitão-de-Mar-e-Guerra (RRm).

Com as comemorações de hoje e de amanhã, resgata a Marinha do Brasil algumas promissórias da grande dívida que tem com um marinheiro dos mais ilustres: o Almirante Luiz da Cunha Moreira, Primeiro Visconde de Cabo Frio.

Não traduz esta afirmação qualquer negligência ou esquecimento por parte de nossos maiores historiadores navais. Com zelo, probidade e notável capacidade de investigação, têm eles memorado, em escorreitas biografias, o nosso homenageado. Também o não olvidaram os principais analistas de nossa emancipação política, dando merecido realce à sua participação no acontecimento magno da Pátria.

Onde pois, a dívida aludida? Qual a falha cometida? Ela reside, pensamos, em não figurar Cunha Moreira, como é de inteira justiça, na permanente recordação de todos nós, ombreado aos demais vultos navais. Ela existe quando citamos os grandes da Marinha e entre eles não aparece o Visconde de Cabo Frio. Ela advém quando seu nome é mencionado no seio da classe e surge a pergunta: quem foi ele?

É exatamente o que procuraremos mostrar, para que possamos todos avaliar e certamente reconhecer, a notável estatura histórica do valoroso marujo. O homem, o marinheiro e o herói nacional serão os prismas pelos quais iremos observá-lo.

O HOMEM

Na capital baiana, em 1º de outubro de 1777, veio à luz o futuro ministro. Foram seus pais o então Capitão-de-Fragata Luiz da Cunha Moreira e D. Joaquina Maria de Santana. Ele, Capitão-de-Fragata da Armada Real que, de piloto e comandante das Carreiras da Índia e do Brasil, ascendera àquela condição; ela, jovem filha de um Tenente-Coronel português, Manoel Germano da Mota.

A condição de filho natural — negativa para outros de menos têmpera — em nada influiu nos seus preparatórios, realizados em Lisboa, a partir dos 7 anos, para onde o levava o pai. Também não impediu seu ingresso no Colégio dos Nobres e na Academia da Marinha, pois a carta de legitimação, devida à magnanimidade do Príncipe Regente, apagara qualquer vestígio dela.

Em 1810, casou-se com D. Maria Rita, filha de marinheiro, o Chefe-de-Divisão José de Santa Rita e de D. Luíza Maria de Santa Rita.

Tiveram seis filhos, três homens e três mulheres, Luiz (1815) e José (1825) ambos oficiais de Marinha havendo alcançado o almirantado, Henrique (1829), médico, Maria Isabel (1813), Joaquina Emília (1822) e Emília Carlota (1826), que viria a ser esposa de outro notável oficial, Teotônio Raimundo de Brito, o Capitão-de-Bandeira de Barroso em Riachuelo.

Faleceu Cunha Moreira aos 88 anos incompletos, no dia 28 de agosto de 1865, havendo sido enterrado, com as honras de estilo, no Cemitério de São João Batista, em jazigo da família.

O MARINHEIRO

Contava Luiz da Cunha Moreira 18 anos quando ingressou, em 1795, na Academia Real da Marinha. Três anos depois (1798), concluído o curso matemático e prestados os competentes exames, nos quais foi aprovado sem discrepância, recebeu sua carta, assinada pelo exigente lente Manoel do Espírito Santo Limpo.

Tal qualificação lhe permitiu o primeiro embarque, na qualidade de voluntário, no Brigue *Gavião*, do qual

passou à Fragata *Vênus*. Nela se achava ao ser promovido, 28 de abril de 1799, ao posto de segundo-tenente. Não tardou o comando no mar. Em agosto, estava a *Vênus* em Belém do Pará, quando foi mandado assumir o comando da Charrua *S. João Magnânimo* em final de construção no arsenal local e logo mandada ao Tejo.

Embarques em navios de grande porte e comando de menores, que incluíram ações de guerra contra corsários estrangeiros, movimentaram os primeiros anos da carreira do jovem oficial. As qualidades demonstradas levaram o Conde dos Arcos a chamá-lo para servir sob suas ordens durante seu governo no Pará. Ali exerceu comandos e outros encargos até acompanhar aquele titular ao Rio de Janeiro, quando alçado a Vice-Rei do Brasil. Em 1807, já promovido a primeiro-tenente, velejou para Lisboa, de onde voltou ao Brasil com a Família Real, embarcado na Nau *Príncipe Real* e servindo de ajudante-de-ordens do major-general da Esquadra. Aqui chegando, foi promovido a capitão-tenente, em razão da satisfação do Príncipe Regente com o êxito da viagem.

Assumindo no Rio o comando do Bergantim *Infante D. Pedro*, participou da expedição que tomou Caiena, em 1809 e dali levou à França o Governador Victor Hughes, que se rendera.

Em agosto de 1809, foi promovido a capitão-de-fragata.

O Brigue *Gaivota* e a Nau *Medusa* seriam os embarques seguintes, até partir para Lisboa e dali velejar de volta ao Brasil, embarcado na Nau *Vasco da Gama*, uma das que trouxe a expedição Lecor, destinada a ocupar a Cisplatina.

A comissão imediata foi a Fragata *Tetis*, uma das que bloqueou Pernambuco para forçar a rendição dos revolucionários de 1817. Em 12 de outubro do mesmo ano, foi promovido a capitão-de-mar-e-guerra graduado e, posteriormente, efetivado no posto, com antigüidade contada a partir daquela data.

Com ligeiro interregno, permaneceu na comissão até 20 de abril de 1821.

Um ano depois, estava de volta ao passadiço, comandando desta vez a Corveta *Maria da Glória* com a qual participou da esquadilha de Rodrigo de Lamare que conduziu a Alagoas as tropas de Labatut. Destinavam-se a dobrar Madeira de Melo e suas forças que, na Bahia, recalcitravam em obedecer à ordem do Príncipe D. Pedro para regressar a Portugal.

As Fragatas *União* e *Real Carolina* foram os derradeiros embarques de Cunha Moreira, sendo deste último chamado para o cargo de Ministro e Secretário dos Negócios da Marinha, em 28 de outubro de 1822, exercido até 15 de novembro de 1823, quando deixou a Pasta; fora promovido a chefe-de-divisão apenas 16 dias antes de fazê-lo.

Em 1826, é graduado no posto de chefe-de-esquadra e logo nele efetivado; no de vice-almirante o foi em dezembro de 1839, sendo efetivado no ano seguinte.

Nove anos depois, em 4 de agosto de 1849, seria reformado no posto de almirante.

No interregno entre sua exoneração do Ministério e aquela data, exerceu sucessivamente as funções de Inspetor do Arsenal da Corte, Diretor da Academia dos Guardas-Marinha, Intendente da Marinha no Rio de Janeiro, novamente Inspetor do Arsenal e, por muitos anos, a Presidência do Conselho Supremo Militar.

Esta, a carreira brilhante do nosso homenageado.

No entanto, ela, assim mostrada, não seria de vulto a levá-lo à galeria dos nossos maiores e a, com inteira justiça, receber as homenagens da Marinha do Brasil concretizadas nas cerimônias ora em curso e na expressiva Ordem-do-Dia do Exm^o Sr. Ministro da Marinha hoje lida a todas as guarnições.

É necessário, pois, que aqui fique patenteada a verdadeira dimensão de Luiz da Cunha Moreira, a de herói nacional e prócer da Independência.

Para isto, é necessário estudarmos sua atuação em quatro diferentes oportunidades.

1^a) Retroagindo no tempo, chegaremos a 1808. Naquele ano, teve início

a ação de nossas forças contra a Guiana Francesa, após a declaração de guerra a Napoleão.

A ação naval-militar que, deitando por terra o nefasto Tratado de Badajós (1801), restabeleceu os nossos limites com a Guiana no Rio Oiapoque restituindo-nos os territórios entre ele e o Araguari, tem sido negligenciada pelos historiadores pátrios. Mesmo Caetano da Silva e Rio Branco, que exaustivamente estudaram a questão de limites com a ex-colônia francesa, não salientaram suficientemente, a nosso ver, a capital importância do êxito obtido pela expedição comandada por Manoel Marques. Este, recebera do Governador José Narciso a missão de ocupar as terras do Cabo Norte até a margem direita do Oiapoque; no entanto, a chegada a Belém, vindas do Rio de Janeiro, da Corveta *Confiance* e de dois brigues o *Voador* e o *Infante D. Pedro*, permitiu a Narciso “medidas mais amplas e ofensivas”. Foram elas o ataque e ocupação de Caiena e da Guiana Francesa. Anos mais tarde, quando do Congresso de Viena, a anuência portuguesa na restituição da colônia ocupada foi condicionada ao reconhecimento de ser o Oiapoque o limite entre os dois territórios. E já sabemos que o *Infante D. Pedro* era comandado por Cunha Moreira, que teve destacadíssima ação em diferentes fases da luta, especialmente no ataque ao posto fortificado do Colégio, no Aproague, quando foi ferido por um golpe de sabre, que lhe deixou vincada a testa.

2^a) Em 1816, participando da expedição que, sob o comando do Brigadeiro Lecor, invadiu a Cisplatina, outra vez patentearam-se o valor militar e a bravura do nosso homenageado. Quer desempenhando arriscadas missões em terra — observações de caráter militar ou operações de desembarque, como as tomadas de S. Fernando e Maldonado — quer a bordo, atuando destacadamente no bloqueio naval estabelecido, o alto conceito de que já gozava Cunha Moreira ainda mais se elevou.

E não é ocioso recordar que a ocupação da Cisplatina constituiu-se em no-

tável ação estratégica, porquanto, não obstante a sua perda, em 1828, a criação da República Oriental do Uruguai impediu o domínio do Prata por uma única potência, aspecto este, ao que saibamos, ainda não realçado convenientemente pelos nossos estudiosos.

3ª) Na Revolução Pernambucana de 1817, novamente se fez presente Luiz da Cunha Moreira, agora comandando a Fragata *Tetis*, uma das que participaram da esquadra sob o comando do Chefe-de-Divisão Rodrigo Lobo, enviada a combater os insuretos.

Ser o primeiro a desembarcar, ocupando as fortalezas do Recife, foi a honra que coube ao nosso biografado.

Uma vez mais, as suas altas qualidades faziam-no destacado protagonista de ação da maior importância para o País, porque impedidora de um esfacelamento que, verossimilmente, poderia ter advindo, fosse a rebelião vitoriosa.

4ª) Finalmente, tentaremos resumidamente esboçar a importância capital da atuação de Luiz da Cunha Moreira no processo de nossa Independência.

Dele participando desde a primeira hora, seja politicamente, seja na sua qualidade de comandante capaz, coube-lhe, após o 7 de setembro, talvez a mais espinhosa missão dentre as partilhadas pelos companheiros de José Bonifácio: organizar a Marinha Imperial e capacitá-la a enfrentar as forças navais portuguesas estacionadas na Bahia.

Negligenciada fora, durante toda a permanência de D. João VI no País, a importância da Esquadra, confiantes que estavam os dirigentes no poderio naval britânico.

Ao retornar o monarca a Portugal, com ele seguiram quase todos os navios em condições de navegar. O material flutuante que aqui ficou — embrião da Armada Imperial — estava em precaríssimas condições, quase imprestável. Urgia recuperá-lo e ampliá-lo. José Bonifácio, Martim Francisco e Felisberto Caldeira Brant cedo visualizaram aquela necessidade. Em D. Pedro, encontraram inteira compreensão e decidido apoio, retratados em suas proferidas palavras ao convidar o Capitão-

-de-Mar-e-Guerra Cunha Moreira para Ministro da Marinha! “Confiado na tua aptidão, e no teu patriotismo Eu tenho te nomeado Ministro e Secretário d’Estado dos Negocios da Marinha na epocha mais critica, e mais gloriosa do teu país, trata-se de se fazer a Independência do Brasil, e precisa-se de huma Esquadra que combata a da Metropole inimiga de nossa emancipação politica, e que faça tremular em longinquos mares o pavilhão do Imperio que fundei”. Povo e governo irmanados, propiciam os meios para acelerar a prontificação dos navios e aquisição de outros. A incansável ação de Caldeira Brant forneceu-lhes pessoal, armamento e sobressalentes, contratados ou adquiridos na Europa. A chegada do Lorde Cochrane, vindo do Chile e aqui assumindo o comando da Esquadra como seu Primeiro Almirante, tudo em apenas seis meses, diz bem do infatigável labor do nosso Ministro e seus auxiliares. A 1º de abril de 1823, deixava ela o Rio de Janeiro e, pouco depois, na Bahia, em Pernambuco, no Maranhão e no Pará, expulsou as forças portuguesas, garantindo a adesão à Independência e, muito especialmente, a unidade nacional.

A preparação da Esquadra Nacional e Imperial foi, pois, o serviço maior dos muitos que Luiz da Cunha Moreira prestou ao Brasil. Poucos são, se corretamente analisada a questão, os nossos dirigentes que com ele se podem ombrear quanto à magnitude da tarefa cumprida e influência no destino do País.

Seu nome, pois, merece ser trazido de memória por todos os brasileiros dignos deste nome. A nós marinheiros cabe, em especial, o dever de cultuá-lo, como exemplo de coragem, invulgar amor ao trabalho, rara capacidade administrativa e singular patriotismo.

Se o Império, reconhecendo-lhe os serviços, deu-lhe comendas, condecorações e o título de Visconde com Grandeza, não seria demais que a Marinha de hoje gravasse seu nome na popa de uma de suas belonaves, ou escrevesse-o no pórtico de um estabelecimento. A menção cotidiana dele, certamente perpetuaria a lembrança do notável Ministro.